

## CAPÍTULO 8

# **Movimento feminista e MST**

Manifestações contra a discriminação e o preconceito voltados às mulheres remontam ao século XVIII na Europa com pensadoras e escritoras, como a britânica Mary Wollstonecraft. Entretanto, o que se convencionou nomear como movimento feminista passou a ter mais visibilidade com as manifestações das sufragistas, que lutaram pelo direito ao voto dentro da chamada primeira onda do feminismo, no final do século XIX, de acordo com Luz Ochoa (2008). Tal movimento tinha seus interesses girando, especialmente, em torno do direito de votar e das oportunidades de acesso aos estudos e às diversas profissões. Foi um movimento encabeçado, sobretudo, por mulheres de classe média, brancas e norte-ocidentais, isto é, do eixo ocidental da Europa e dos Estados Unidos.

A ampliação de tais metas aconteceu na conhecida como Segunda Onda Feminista, que principia no final dos anos de 1950 e, principalmente, na década de 1960. Além de preocupações políticas e socioeconômicas, o movimento se dedicou a reflexões teóricas e a questões da subjetividade e do corpo feminino, como o direito ao aborto e a luta para que o estupro fosse visto como um crime não contra os costumes, mas contra a pessoa humana. É aí que o conceito de gênero passou a ser utilizado pelas militantes e acadêmicas – uma vez que grande parte das acadêmicas era militante e vice-versa. Pensadoras e militantes cruciais para o movimento marcaram esse contexto, como Simone de Beauvoir, Angela Davis e Betty Friedman.

A partir de então, questões relacionadas ao silenciamento e à invisibilidade da mulher como sujeito, ao lado da denúncia da opressão e das desigualdades socioeconômicas, políticas

e jurídicas, passaram a questionar o próprio movimento: mulheres lésbicas, feministas negras norte-americanas, europeias, africanas, indígenas, indianas e transexuais passaram a questionar o caráter excludente, classista e racista – embora não intencionais – do coletivo. O conceito de gênero também passou por críticas, e a orientação sexual e as discussões sobre sexualidade feminina ganharam centralidade. Esse movimento teve início nos anos de 1990, com filósofas, como a controversa norte-americana Camille Paglia, e vem até os dias atuais, com pensadoras, como Donna Haraway e Judith Butler.

O conceito de gênero, por sua vez, embora criticado, revisitado e ampliado, não é de todo abandonado, visto que, como assegura Joan Scott (1995), ele foi crucial para que o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+ mostrassem que as diferenças e desigualdades entre os sexos, bem como as orientações sexuais, não derivam de um determinismo biológico: ao contrário, o gênero acentua o caráter essencialmente sociocultural e histórico das distinções, identidades e comportamentos baseados no sexo. Teóricas mais radicais do pós-estruturalismo, como Judith Butler, advogam que até mesmo o sexo é socialmente construído discursivamente. De qualquer forma, é importante destacar aqui que o movimento feminista e o conceito de gênero assumem um caráter analítico e político, influenciando diversas áreas do fazer humano, como as relações de trabalho, as relações jurídicas e a educação.

Ochoa (2008) preconiza que, paralelamente a essas críticas nos âmbitos acadêmico e teórico, o movimento feminista também

foi provocado a se abrir e a se ampliar para acolher e dar conta de sujeitos do sexo feminino de outros movimentos sociais – ou que não se viam representadas por nenhum movimento em especial – como o movimento negro, o LGBTQIA+, os movimentos indígena e indigenista, o movimento operário ou o Movimento dos Sem Terra. Quanto a este último, por exemplo, as aproximações entre a Pedagogia da Libertação, de Paulo Freire, e o movimento feminista permitiram a desnaturalização da opressão vivenciada pelas mulheres dentro do MST, a partir da prática da educação popular de recorte marxista nos assentamentos.

Em referência ao movimento feminista brasileiro, sua expansão e fortalecimento se deram, contraditoriamente, muito em razão do contexto da ditadura militar, pois, se por um lado, o movimento, inspirado por feministas europeias e norte-americanas, ameaçava os tradicionais valores da “família brasileira” e os arcaicos papéis da mulher na sociedade; por outro, as mulheres militantes não encontravam respaldo para suas reivindicações nos movimentos trabalhistas e de classe que se opunham à ditadura e às diretrizes econômicas capitalistas. Assim, temáticas como estupro, violência doméstica, aborto, exploração do trabalho feminino, dupla jornada de trabalho, disparidades salariais etc. não tinham entrada junto aos companheiros esquerdistas no final da década de 1970 enquanto temas relevantes, como assegurava Tânia Brabo (2005).

Nesse sentido, pautas, pressões e lutas dos inúmeros movimentos feministas espalhados pelo Brasil afora desembocaram na Lei Maria da Penha nº 11.340, de agosto de 2006,

que, para além de suas óbvias e prementes consequências políticas e jurídicas, teve um caráter educativo não proposital para a sociedade, na medida em que abriu espaço para a problematização da violência contra a mulher e, mais do que isso, do papel da mulher junto à opinião pública. Além disso, quanto às instituições públicas, essa lei redefiniu os espaços e as práticas voltadas para mulheres vítimas de violência, posto que esta deixou de ser vista como um fenômeno pertencente à alçada do lar, prevendo

[...] uma série de medidas preventivas e de assistência à mulher em situação de violência, por meio de ações integradas do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias e outros órgãos da Segurança Pública, assistência social, saúde, educação e trabalho. Assim, cada vez mais há necessidade de problematizar as questões de violência contra a mulher na sociedade. Sabe-se que esse assunto vem sendo discutido há décadas e esbarram em um sistema patriarcal e cultural construído historicamente (KUZMAN; NEVES, 2017, p. 60).

Os questionamentos provocados pelas mulheres que tomaram contato com o feminismo e com as discussões de gênero favoreceram o surgimento, ao longo do tempo, de uma espécie de educação informal por parte do próprio MST no que se refere à situação de subalternização e de silenciamento das mulheres dentro do movimento, assim como em relação à desvalorização e/ou invisibilidade do importante trabalho que elas desempenham desde o princípio da entidade. Por outro lado, o MST foi um dos coletivos que mostrou às primeiras feministas brasileiras a importância de se debruçar sobre mulheres de outras classes sociais e de outros

contextos geográficos que não os constituídos pelas classes médias urbanas.



**Figura 8:** Mulheres do MST reunidas em audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná – ALEPR

Fonte: Flickr MST/Foto: Leandro Taques.<sup>14</sup>

O núcleo original do atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em 1979, no estado de Santa Catarina, estendendo-se para outros estados ao longo da década de 1980 e se unificando em 1984, sendo um dos movimentos sociais populares mais ativos da história do país. Suas matrizes populares são fortes: a luta camponesa brasileira, que remonta ao início do século XX, e a Pastoral da Terra, ligada à Teologia da Libertação. Entre as primeiras ocupações de terras improdutivas, a que ganhou maior destaque na mídia foi a de Encruzilhada Natalino, em 1981, no Rio Grande

---

<sup>14</sup> Imagem disponível no *link*: [bit.ly/MST-Mulheres-AudienciaALEPR](http://bit.ly/MST-Mulheres-AudienciaALEPR).

do Sul. Com o passar do tempo, o MST, tradicionalmente assentado na lógica masculina, viu o despertar de muitas militantes para as teorizações feministas, questionando o caráter patriarcal próprio das zonas rurais brasileiras, o que levou muitas mulheres a se reconhecerem como sujeitos socioculturais e políticos.

Djacira Araújo (2011) identificou, a partir do entrecruzamento dessas realidades, as relações de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e como o processo educacional representado pelo próprio movimento contribui para ações e debates sobre essa temática. Especificamente em um dos capítulos, a pesquisadora aborda as concepções teórico-práticas da educação e do trabalho internas ao MST. Entre suas técnicas de pesquisa, ela se valeu de entrevistas com coordenadoras de escolas em assentamentos e com uma ex-dirigente do Setor Nacional de Gênero do MST.

Araújo (2011) verificou um importante desenvolvimento das questões de gênero no MST e, entre os avanços observados, ela destaca a titularidade conjunta da terra, concedendo legalmente às mulheres os mesmos direitos de uso e posse da terra, bem como sua participação em 50% das instâncias políticas e administrativas do movimento, o que exigiu um esforço e um acentuado processo formativo dessas mulheres para ocuparem tais atribuições. Porém, a pesquisadora também notou a permanência do desafio de criar mais igualdade na divisão do trabalho e mais oportunidades financeiras para as mulheres em relação aos homens.

De qualquer forma, é insofismável e notória a presença de mulheres no MST, visto que elas se encontram inseridas nesse movimento desde a sua criação, no começo dos anos de 1980. De início, elas apresentavam identidades subordinadas à estrutura socioeconômica patriarcal, a padrões instituídos cultural e historicamente, modelos esses alicerçados no ordenamento binário de masculino e feminino. Naquele contexto, elas não tinham suas práticas reconhecidas nos âmbitos sociais, organizativos e políticos do MST. Em tal perspectiva patriarcal, elas estavam invisibilizadas e silenciadas pela proeminência da categoria “classe social” sobre as outras formas de exploração/opressão, como gênero ou raça.

Em seus primórdios, o MST era visto como “um movimento que instiga uma vontade e uma consciência voltada para uma ação política coletiva, pautada na matriz teórica leninista/marxista. Esta se move para construir e alicerçar a unidade entre os trabalhadores e para forjar a luta de classes” (ARAÚJO, 2011, p. 165). Além da educação informal dos(as) militantes do MST sobre questões de gênero, o enfoque propiciou a emergência de um tipo de educação popular calcada na pedagogia feminista voltada para as mulheres do movimento, que, sem deixar de lado questões socioeconômicas, como a crítica à hegemonia do sistema capitalista, realiza grupos de discussões, rodas de conversa, relatos de superação etc. sobre opressão, exploração e violência doméstica, entre outras questões relativas a gênero e a vivências especificamente femininas.

Com efeito, não obstante a questão de classe não arrefecer – e nem era esse o intuito –, com o passar do tempo, as



mulheres começaram a reivindicar a introdução de discussões de gênero em todos os processos formativos do MST, a inclusão de demandas de interesse feminino nas pautas de debates e a instauração de políticas de cotas para as ocupações que se baseassem na equidade entre mulheres e homens, inclusive nas esferas de direção. Isso foi uma ruptura, visto que se trata de um movimento social que, historicamente, adotou a hegemonia da divisão socioeconômica de classe como fator principal de suas lutas, pouco incorporando outros componentes políticos, como raça, geração, sexualidade e gênero. Assim, a fundamental desigualdade entre mulheres e homens residiria, segundo María Jesús Izquierdo (1998, apud ARAÚJO, 2011), nos modos como as pessoas interagem socialmente na produção da existência.

Assim, a sociedade ocidental se acha estruturada em dois gêneros, produzindo e reproduzindo a vida humana, seja social, seja econômica. Nesse cenário, a iniquidade de gênero é a distribuição desigual de poder em razão do polo produção/reprodução da vida e produção/administração das riquezas, enquanto a iniquidade de sexo decorre do fato de que essas atividades, tradicionalmente, vieram sendo executadas por homens ou por mulheres nas diferentes sociedades, desigualdades que podem ou não coincidir. Acerca da Pedagogia do Movimento, Roseli Caldart (2003, p. 54) argumenta que

[...] o MST forma os sem-terra colocando-os em movimento, o que quer dizer, em ação permanente; ações da dinâmica de uma luta social; ocupações, acampamentos, marchas, manifestações de solidariedade, construção de uma nova forma de vida nos assentamentos, conquista de escolas, atividades de formação. É pela ação que vão aprendendo que nada é impossível de

mudar, nem mesmo as pessoas, seu jeito, sua postura, seu modo de vida, seus valores. As pessoas se educam nas ações [...]. As ações produzem e são produzidas através de relações sociais [...], põem em movimento um outro elemento pedagógico fundamental que é o convívio entre as pessoas [...], mediadas pelas ferramentas herdadas de quem já produziu outras ações antes (culturas) [...]. Ao mesmo tempo vão construindo e revisando suas identidades.

Nesse cenário, a educação escolar foi sendo construída arduamente pelo MST a partir dos pressupostos anti-neoliberais, calcada na Educação do Campo de inspiração socialista francesa, afastando-se da Escola Rural imposta aos camponeses ao longo da ditadura militar, valendo-se, algumas vezes, da Pedagogia da Alternância,<sup>15</sup> como também acontece com a formação de professores indígenas. Portanto, “o MST defende uma educação teórica e prática, voltada para a realidade do aluno assentado, que seja baseada em princípios humanistas e na cooperação, sendo capaz de criar no educando uma consciência crítica, capaz de torná-lo um sujeito de ação transformadora” (MACHADO, 2014, p. 161).

Particularmente sobre as questões de gênero no MST, Araújo (2011) as vê como um desafio para o movimento, já que implica a construção de processos educacionais que

---

<sup>15</sup> “A pedagogia da alternância é um método de ensino semipresencial, que mescla períodos de convivência na escola com outros em casa. Foi criada por camponeses franceses, na década de 1930. À época, o objetivo era evitar que os filhos gastassem a maior parte do dia no caminho de ida e volta para a escola ou que tivessem de ser enviados aos centros urbanos para estudar. [...]. No Brasil a iniciativa chegou em 1969 com uma missão jesuíta, no Espírito Santo. Logo se espalhou para outros estados, sobretudo em áreas onde o transporte escolar é de difícil acesso e a maioria dos pais trabalha no campo” (DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2019).

possibilitem a superação da dominação patriarcal imposta pela cultura camponesa ao longo da história. De fato, abandonar concepções tradicionais de família e de interação entre gerações também faz parte dessas proposições. Outro desafio é a superação do racismo e o aprofundamento das discussões étnicas.

Nesse sentido, Araújo (2011) problematiza como são entendidas e vividas, pela Pedagogia do MST, as diferenças entre os sexos, não só no âmbito cotidiano, mas em todas as instâncias da realidade dos sem-terra. Para o MST, as relações sociais são formas de conteúdos e a educação é mais do que o simples processo de ensino, é mais do que a escola, corresponde às práticas formais e não formais que são construídas na luta do movimento. Com efeito, o próprio MST admite que existem discriminações e desigualdades ligadas à mulher na sociedade e no campo, tanto no âmbito de sua inserção econômica quanto no âmbito político, o que demonstra a necessidade de pensar sobre os processos e as intencionalidades pedagógicas do movimento. Para Araújo (2011), isso exige ter em mente práticas sociais que favoreçam novas relações sociais, afetivas e cognitivas entre os sujeitos, valendo-se da compreensão da dimensão formadora fora da escola e da estrutura organizativa do coletivo.

Nesse contexto, tais ações pedagógicas podem contribuir, de algum modo, para reorientar as possibilidades de formação e de vivência que conduzam as realidades mais democráticas e solidárias nas relações de gênero. Contudo, Araújo (2011) sublinha a permanência da dificuldade de participação feminina nos fóruns, nos encontros e em diversas atividades

do MST, diante da disponibilidade limitada pela maternidade, apesar da grande ampliação do número de creches nos assentamentos.

De início, eram criadas cirandas infantis e, com o passar do tempo, estas foram se organizando em escolas itinerantes rudimentares em tempo integral. Assim, a demanda por educação infantil dentro do MST se originou a partir da necessidade sobretudo das mulheres que precisavam trabalhar nas cooperativas do movimento. Logo, a discussão e o pleito pela educação infantil surgiram a partir da entrada das mulheres nas cooperativas, isto é, não apareceram a partir de discussões sobre a infância nem das questões propriamente de gênero, mas via demanda econômica. Ou seja, a necessidade do MST de contar com o trabalho feminino trouxe a demanda por creches. Doravante, a educação infantil foi abraçada pelo coletivo

[...] quando os papéis sociais na família e na organização do MST passam a ganhar visibilidade e provocar a busca de soluções, construindo uma preocupação coletiva com a necessidade de promover as condições para que as mulheres Sem-Terra possam ter o direito a escolarização, a participação política e seu reconhecimento enquanto trabalhadoras, dirigentes e militantes sociais (ARAÚJO, 2011, p. 122).

A partir daí a organização de coletivos específicos de mulheres e as discussões sobre a opressão de gênero e de classe envolveram, ao longo do tempo, todo o movimento e desencadearam os debates de gênero. Esse foi um processo que, apesar de apresentar rupturas e recuos, insistiu na mudança

no que se refere ao lugar das mulheres na luta, nas decisões políticas e administrativas e na participação nos fóruns.

No que concerne aos processos pedagógicos, nos *Cadernos de Formação*, a partir do 5º número, a presença feminina se tornou mais frequente, ainda que, em meio a 20 homens, haja somente duas mulheres (ARAÚJO, 2011). Assim, foi no I Congresso Nacional do MST, em 1985, que foi aprovada, junto às normas gerais, a criação de comissões de mulheres dentro do movimento para a discussão dos problemas específicos das mulheres sem-terra. Desde então, houve um grande estímulo da participação feminina em todas as esferas e níveis de atuação. A preocupação com a representatividade feminina e com sua participação nos sistemas de poder do coletivo aparecem sobremodo no Capítulo VIII, das *Normas Gerais* do MST, de 1989. Referente às diretrizes para as questões de gênero, Araújo (2011) frisa que é preciso:

- a. Garantir que o cadastro e a documentação da concessão de uso da terra estejam em nome do homem e da mulher;
- b. Discutir sobre os recursos e projetos da organização com toda a família;
- c. Estimular a efetiva participação feminina no planejamento das linhas de produção no tocante ao trabalho produtivo, à administração das atividades e ao controle dos resultados;
- d. Ofertar 50% de participação feminina em todas as atividades de formação e capacitação;

- e. Garantir que, em todos os núcleos de assentamentos e acampamentos, haja um coordenador e uma coordenadora;
- f. Assegurar a realização de atividades e fóruns sobre as temáticas gênero e classe;
- g. Assegurar que todas as atividades do MST contem com a Ciranda Infantil;
- h. Garantir a participação de mulheres na Frente de Massa e no Sistema Cooperativista dos Assentados;
- i. Garantir que as mulheres sócias de cooperativas e associações tenham igualdade na remuneração das horas trabalhadas;
- j. Combater toda forma de violência, especialmente contra crianças e mulheres.

Embora essas diretrizes passem, cada vez mais, a fazer parte do cotidiano e das famílias sem-terra, desafios concretos ainda persistem. Porém, a definição dessas linhas fortalece metas de igualitarismo que o conjunto do movimento busca atingir, o que favorece novos significados à luta pela terra, em que todos e todas se sentem e atuam como sujeitos de um processo abrangente de transformação socioeconômica e política. Tais iniciativas contribuem para repensar e redefinir novas maneiras de relações de gênero nos vários espaços do movimento: no lar, na lida da roça, na escola, nas mobilizações, nos fóruns e nos eventos. A evolução da participação feminina no MST pode ser depreendida a partir da fala de

uma das mais importantes líderes entrevistadas, membro da Coordenação Geral do Movimento em 2014:

No final da década de 1990, contávamos com uma ativa participação das mulheres na base do movimento, mas nos espaços de decisão política era muito masculinizado [...]. Na Direção Política do Movimento, isto só ocorreu a partir de 2006 [...]. Tivemos que trabalhar um processo de formação das mulheres, projeção de liderança, fala pública, para que as mulheres pudessem estar nesta posição. Este processo foi desenvolvido antes do ano de 2006 e então tivemos um coletivo de mulheres muito preparadas para esta posição na Direção Nacional do Movimento (ARAÚJO, 2011, p. 124).

Dessa forma, atualmente, são identificadas diversas ações direcionadas à capacitação e à formação das mulheres, cabendo ressaltar, ainda, o avanço representado pelo estabelecimento da titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos, instaurada pela Portaria nº 981/2003, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tal inovação possibilitou às mulheres usufruir da renda e de todos os benefícios socioeconômicos, podendo se colocar em igualdade de condições para gerir os recursos e projetos agrícolas.

Não obstante, permanecem obstáculos culturais arraigados para mais igualdade na divisão do trabalho realizado no campo e nas oportunidades de ganhos para as mulheres sem-terra. Sendo assim, a luta do movimento deve continuar investindo na crítica às arcaicas estruturas hierárquicas e verticalizadas de poder, em termos não só de classe, mas também de gênero, étnico-raciais, orientação sexual, entre

outros aspectos. Finalmente, cabe ressaltar que o MST recebeu importantes questionamentos éticos provenientes não apenas do feminismo, mas também dos movimentos negro e indígena/indigenista por criticar a reprodução do racismo estrutural no seu interior. Sob o ponto de vista técnico e teórico, aprendeu bastante com os movimentos ambientalista e indígena, e, mais recentemente, vem questionando condutas homofóbicas enraizadas na cultura tradicional do campo no Brasil.

Quanto ao feminismo, especialmente com o advento do empoderamento de mulheres negras, hispânicas, asiáticas e pobres, ou seja, de mulheres não brancas e localizadas nas “periferias” do mundo, o coletivo começou a se questionar quanto aos seus pilares historicamente eurocêntricos, brancos e de classe média. Isso não significa que essas pessoas deixaram de repente de ter importância: o que houve foi uma ampliação do “abraço” que o movimento feminista passou a ter em relação a mulheres de outras raças e etnias, de classes sociais vulneráveis e de outras partes do globo. No que se refere às influências do movimento LGBTQIA+ sobre o feminismo, foi a partir dele que muitas feministas iniciaram a crítica à heteronormatividade, ainda que não proposital, e à homofobia de algumas de suas posturas e pensamentos. Um dos pontos mais polêmicos desses cruzamentos recentes é a inclusão – ou não – de mulheres trans no protagonismo teórico, de luta e de atuação no feminismo.